



PROPÓSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:

DISCURSIVIDADES POLÍTICAS, ARCHIVOS Y MEMORIAS EN AMÉRICA LATINA

María Alejandra VITALE

Mariano DAGATTI

RESUMEN: Este Simposio propone reflexionar y discutir sobre las posibles relaciones entre discursividades políticas, archivos y memorias en América Latina, en el marco general de problematizar y comparar las diversas posiciones epistemológicas y aproximaciones metodológicas adoptadas para el estudio del discurso político, los archivos y las memorias. Se promueve un diálogo interdisciplinario entre diferentes perspectivas de estudio del discurso con las ciencias humanas y sociales, enfocando en especial, pero no de modo excluyente, las dimensiones retóricas y argumentativas. En torno al discurso político, interesan en particular el denominado “giro a la izquierda” en la región, las nuevas derechas, el neoliberalismo, la discursividad producida por mujeres y la incidencia de los nuevos medios (Facebook, Twitter e Instagram). Sobre los archivos, en las diversas acepciones de la noción, se estimula a interrogar, entre otros aspectos, su productividad para comprender la génesis de los discursos políticos y el vínculo de los archivos con las memorias discursivas y las memorias colectivas. En este sentido, los procesos de apertura de los denominados archivos de la represión (como el DEOPS en Brasil y el de la DIPPBA en Argentina) y la proliferación de testimonios tras las dictaduras militares padecidas por América Latina son considerados objetos destacados de interés que han generado debates a partir de posicionamientos distintos en el presente. Las memorias, en sus diversas materialidades significantes, incluidas las digitales y las construidas en Memoriales y Museos de la Memoria, asimismo luchan por establecer un orden de lo decible y aceptable, de modo que la polémica, inherente también a la discursividad política, atañe a los tres ejes que estructuran el Simposio y se presenta como una problemática fructífera para ser abordada.

PALABRAS CLAVE: Discursividad política. Archivo. Memoria. Polémica.



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



RESUMOS APROVADOS:

DISCURSOS SOBRE A FALA PÚBLICA POPULAR NO BRASIL

Carlos Piovezani (UFSCar / CNPq)
cpiovezani@uol.com.br

RESUMO: Como se dá a constituição, a formulação e a circulação de discursos que constroem os preconceitos sobre a fala pública popular e a escuta popular da fala pública? De que modo o arquivo de que procedem tais discursos produz as diferentes durações do que se diz a respeito da voz e da escuta do povo? Em que medida a consolidação de uma memória disfórica sobre as formas de expressão popular concorre para dificultar seu acesso e sua legitimidade no discurso político? No intuito de responder direta ou indiretamente a essas e outras questões, nossa intervenção no *V SEDiAr* consistirá em apresentar aí resultados obtidos por meio da pesquisa “*A voz do povo: uma análise de discursos sobre a fala pública popular*” (CNPq Processo 308559/2017-7). Com base nos postulados teóricos e nos procedimentos metodológicos da Análise do discurso francesa e da História das ideias linguísticas, nosso propósito será ainda o de responder a essas outras questões: o que e como compêndios de retórica e manuais de oratória modernos e contemporâneos falam i) dos desempenhos de oradores identificados com as camadas populares da sociedade brasileira, ii) dos modos pelos quais se deveria lhes dirigir os pronunciamentos públicos e iii) dos vícios e virtudes de seus regimes de escuta? Quais são os enunciados conservados, retomados, reformulados ou apagados, quando a retórica e a oratória tratam das propriedades e das transformações das falas públicas destinadas às massas populares, daquelas produzidas por seus próprios membros ou ainda por seus porta-vozes? Quais são as relações estabelecidas entre os estigmas atribuídos às falas públicas do povo e para o povo e os preconceitos sobre a escuta popular da fala pública? Há ou não a presença de discursos que depreciam as práticas públicas de fala e de escuta das camadas populares entre os enunciadores que se inscrevem em posições progressistas? No intuito de formularmos respostas a essas questões, analisamos uma série de enunciados extraídos, entre outras, das seguintes obras: *Lições elementares de eloquência nacional* (1834), de Francisco Freire de Carvalho; *A arte de falar em público* (1933), de Silveira Bueno; *O orador popular* (1958), de Raul Reinaldo Rigo; e *Vença o medo de falar em público* (1995), de Reinaldo Polito.

PALAVRAS-CHAVE: Oratória popular. Manuais de fala pública. Discurso político. Arquivo.

UM ESTUDO SOBRE AS METAMORFOSES DA AGRESSIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO NAS ELEIÇÕES DE 1989 A 2018

Geovana CHIARI REIS (UFSCar)
geovanachiari@gmail.com

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar as formas, o grau, a intensidade e os modos de circulação do discurso político dito agressivo no período pré-eleitoral das eleições presidenciais brasileiras os anos de 1989 a 2018, tendo o objetivo de responder as seguintes questões: Ao longo do período pós-ditadura, o discurso político eleitoral tornou-se mais agressivo ou ocorreu uma mudança das sensibilidades e das percepções do que se considera e se compreende como agressividade? As formas de insultar sofreram mutações em diferentes momentos? Os dizeres agressivos e os comentários acerca deles ganharam maior visibilidade com o uso intensificado das mídias? Orientados por essas perguntas de pesquisa, pelo referencial teórico da Análise do Discurso de linha francesa, sob uma perspectiva foucaultiana, e recentes trabalhos sobre a agressividade no discurso político, propomos a análise de trechos de debates televisivos e propagandas do horário político eleitoral, assim como imagens e vídeos que circularam nos sites oficiais de campanha, durante o período pré-eleitoral das eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, a fim de descrever, categorizar e evidenciar as possíveis mudanças nas formas, na percepção e/ou na circulação do discurso dito agressivo. Teoricamente, amparamo-nos em uma arqueogenealogia (Foucault, 1986) do discurso político, analisando nestes acontecimentos – eleições de 1989 a 2018 – o comportamento político de uma sociedade atravessada por práticas discursivas determinadas. Algumas questões que colocaremos em discussão, embasando-nos em Foucault (1986), são: Como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? Quais conceitos e escolhas estratégicas foram empregados? O que pode se tornar objeto de enunciação? Analisaremos esse saber político “na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas” (Foucault, 1986, p. 220). Nas análises realizadas até o período de 2010, observamos uma recorrência de sequências discursivas que caracterizavam os partidos de esquerda como “desordeiros”, “corruptos”, “mentirosos”, “cínicos”, enquanto os partidos considerados de direita eram denominados “elitistas”, “privatizadores” e “engomadinhos”, dentre outros adjetivos. Até o período de 2014, mesmo com a presença de ataques diretos e pessoais, sobrepujaram-se os ataques indiretos, marcados sobretudo pelo dizer irônico. O que era sugerido e tratado de modo um pouco mais discreto e indireto em 2014, ganha força em 2018, período em que a agressividade ganha o nome de “franqueza”, “o desrespeito às minorias” é revestido pela capa do “moralismo cristão”, as mentiras passam a se chamar “Fake News”, o que era meio, ponte de comunicação, transforma-se em muro.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso. Agressividade. Campanhas eleitorais. Estratégias argumentativas.

“UM NOVO AI-5”?

ECOS DE UMA MEMÓRIA NA VOZ DE EDUARDO BOLSONARO

Luciane BOTELHO MARTINS (UFPEL/LEAD)
lucianebm@hotmail.com

RESUMO: Implantado em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 – também conhecido como AI-5 –, foi um decreto que teve como principal objetivo completar o Golpe de Estado que destituiu do poder, o presidente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro/PTB – João Goulart –, em 1964, consumando de fato um período de ditadura civil-militar no Brasil. A legitimação da repressão/perseguição a opositores políticos, autorizada no Ato, mobilizou não só os Aparelhos Repressores de Estado, nos termos de Althusser (1983), mas também alguns civis os quais foram responsáveis pela tortura durante a ditadura brasileira de aproximadamente 20.000 pessoas, deixando, entre eles, 434 mortos e desaparecidos, segundo dados do *Human Rights Watch* (HRW). Foram pelo menos dezessete anos entre a implantação do Ato e as *Diretas já* em 1985. Diante disso, vale registrar que foi somente a partir de 1985 que o Brasil passou a vislumbrar o que seria uma democracia. Desde então, assumiram a presidência, cinco presidentes legitimamente eleitos, dentre os quais três foram substituídos: um por morte prematura, outro por *impeachment* e a terceira por um Golpe jurídico institucional. Em outros termos, é possível afirmar que, em pouco mais de trinta e três anos, nos vemos, novamente, submetidos a um Golpe de Estado (o qual afastou a presidenta filiada ao Partido dos Trabalhadores/PT – Dilma Rousseff –, em 2016), que nos colocou diante de uma democracia frágil e fortemente ameaçada, sobretudo por discursos produzidos por sujeitos filiados a Formação Discursiva da Direita Neo-liberal, os quais fazem ecoar pré-construídos, que revelam posições assumidas pelo sujeito do dizer, o sujeito da direita. É, pois, por entendermos que na constituição dos sentidos há um processo que coloca em jogo a história do sentido e do sujeito – historicidade –, que propomos um trabalho de análise dos dizeres do então deputado federal – Eduardo Bolsonaro, a fim de compreender o funcionamento dos sentidos produzidos em seu dizer, os quais fazem ecoar e ressignificar, via memória discursiva, o discurso do poder pela força e pela repressão. Isso posto, analisaremos dois vídeos em que o deputado ao pronunciar-se sobre acontecimentos recentes, no Brasil, aponta como possível solução para conflitos/divergências de pensamento, um “novo AI-5”. Para tal, mobilizaremos os conceitos de memória discursiva e pré-construído, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa, tal qual vem sendo desenvolvida no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: AI-5. Pré-construído. Discurso. Memória.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA: EFEITOS DA DITADURA EM DISCURSO

Lucília Maria Abrahão e SOUSA (FFCLRP/USP. PQ/CNPQ)
luciliamsousa@gmail.com

RESUMO: Chama a nossa atenção o modo como locais endereçados à prática da tortura nas décadas de 1960 e 1970 passaram a ser denominados memoriais da resistência em diferentes países da América Latina, tais como, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e Peru; e na Europa, como o Museu Albuje, em Portugal; isto é, tornaram-se casas de memória a guardar os efeitos de luto, tortura e ditadura na contemporaneidade. Estes locais produziram um modo de a memória se institucionalizar pelas mãos de órgãos públicos, editando e colocando em movimento alguns restos, vestígios e marcas residuais do inominável da morte e da tortura, compondo um espetáculo outro a ser visitado, fotografado e documentado. Nesse trabalho, temos como objetivo mobilizar os conceitos da teoria de Michel Pêcheux, especialmente as noções de sujeito, arquivo e memória discursivos, para refletir, analisar e interpretar o modo como os efeitos de morte e luto são instalados (ou silenciados) na relação que estabelecem com outros sentidos tais como entretenimento, interatividade e/ou espetáculo. O corpus desse trabalho é constituído de recortes de sequências discursivas coletadas em visitas presenciais ao Memorial da Resistência, em São Paulo, que está situado no prédio do antigo DEOPS, onde foram presos e torturados muitos militantes políticos e trabalhadores brasileiros. Estranhamos de saída o funcionamento da nomeação desse local: resistência de quem e para que sujeitos? Que efeitos reverberam aí? Como são colocados, na atualização do intradiscurso, os sentidos de luta política, de militância e resistência à ditadura tal como eram ditos outrora? Buscamos analisar o funcionamento da memória e a constituição da voz institucional nesse espaço museológico inaugurado pelo Estado, tendo agora na trama dessa suposta oficialidade uma outra espessura de objeto e de discurso em jogo e em funcionamento. Dadas às condições de produção atuais no Brasil e considerando que o horror da ditadura tem sido escamoteado e denegado sistematicamente pela voz do primeiro mandatário do país, tocar essa ferida, escancará-la e deixá-la aberta a sangrar são exercícios políticos e poéticos no sentido mais amplo que os estudos da língua e do discurso podem proporcionar. (FAPESP, 2019/09558-0)

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Ditadura. Memorial da Resistência. Memória.

ARCHIVO Y RETÓRICA DE LA PROTESTA SOCIAL:

MEMORIA DISCURSIVA DE LA DICTADURA CÍVICO MILITAR

CHILENA EN OCTUBRE 2019

Marcela RUIZ ZÚÑIGA (Universidad Alberto Hurtado)
maruiz@uahurado.cl

RESUMO: Los archivos de derechos humanos constituyen lugares de memoria, objetos simbólicos y remanentes de las luchas por el reconocimiento de los grupos sociales que defendieron los derechos humanos frente a prácticas de menosprecio y terrorismo de estado implementadas por las dictaduras latinoamericanas. En el presente, estos documentos operan en la vida social al participar en las disputas por la preservación y reconocimiento de su rol y valor para la memoria colectiva, procesos judiciales y pedagogía en un marco de lucha social y política (da Silva Catela, 2002; Jelin, 2017). Los enunciados, que son parte de la memoria discursiva de estas luchas, no son estables ni homogéneos, al contrario pueden mantener relaciones entre sí de reproducción, transformación, oposición, negación (Courtine, 1981; Paveau, 2006). De este modo, el análisis de enunciados permite comprender las trayectorias de las controversias sociales (emergencia, legitimidad, circulación, imposición, marginalización, desaparición), y a la vez identificar los límites de lo decible y lo persuadible, de los géneros y los topoi (Angenot, 2010) en un momento determinado. El objetivo de este trabajo consiste en comparar las estrategias argumentativas y redes topicales en torno a la desaparición forzada y a la demanda de derechos sociopolíticos en un corpus integrado por géneros discursivos de protesta social durante la dictadura cívico militar chilena (1980-1990), y en el movimiento social de octubre de 2019. El corpus está integrado por géneros discursivos de protesta política, especialmente por volantes, carteles, pancartas, rayados en paredes que tematizan la desaparición forzada y la demanda de derechos sociopolíticos; estos géneros discursivos se distinguen por su circulación urbana en momentos de protesta social, por una autoría colectiva, enunciados breves, uso de imágenes; los géneros discursivos seleccionados son parte de archivos históricos y repositorios digitales. Los resultados permiten comparar la continuidad y transformación de las temáticas de la protesta social, así como caracterizar la red topical y los argumentos empleados en los géneros discursivos de resistencia política que buscan incrementar la adhesión a los planteamientos de la protesta social en dos temporalidades distintas. En efecto, es posible contrastar estrategias argumentativas que están a la base de la constitución de certezas, acciones y modos de vida, subjetividades, nuevos lenguajes, proyección del futuro. Aspectos corresponden a la dimensión productiva que coexiste con la dimensión de oposición de los géneros discursivos de la resistencia política.

PALABRAS-CLAVE: Memoria discursiva. Resistencia política. Tópicos. Archivos.

SOBRE LAS COMUNIDADES DISCURSIVAS DEDICADAS A LA INTELIGENCIA Y EL DISCURSO EPIDÍCTICO

María Alejandra Vitale
(Universidad de Buenos Aires)

RESUMO: En el marco de dos proyectos de investigación, subsidiados por la Universidad de Buenos Aires y la Agencia Nacional de Investigación Científica y Tecnológica, que estudian el archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA) desde el análisis del discurso (Angenot, 2010; Maingueneau, 2014; Mazière, 2005), este trabajo tiene un doble propósito. Por un lado, se plantea reflexionar sobre la noción de comunidad discursiva, específicamente a partir del caso de la DIPBA. Para ello, retoma propuestas formuladas tanto desde el ámbito del análisis del discurso (Beacco, 2004; Maingueneau, 1984, 1987, 1996) como desde la filosofía política (Esposito, 2003, 2005, 2009; Nancy, 2000, 2007). Por otra parte, se basa en la relación entre discurso epidíctico (McComiskey, 2002; Perelman y Olbrechts-Tyteca, 1989; Pernot, 1993, 2013, 2015) y argumentación para destacar su incidencia en la conformación de las comunidades discursivas. El trabajo ilustra estas consideraciones con un ejemplar de la revista *Buenos Aires Policial* preservada en el archivo de la DIPBA. Específicamente, se centra en un número aniversario (el del Año 3, No. 8, de 1980) de lo que en la tapa se denomina “La reorganización definitiva (1880-1980)”, y, en particular, en el discurso de despedida como Jefe de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, general Ovidio P. Ricchieri, el de asunción del nuevo Jefe, general Oscar E. Guerrero, el mensaje de Ricchieri con motivo del Día de la Policía Bonaerense y de la Navidad, y las palabras que el comisario general Bruno Trevisán pronunció en el día de los Fieles Difuntos en homenaje a los muertos de la Policía. Mediante el análisis de tópicos, del argumento por el ejemplo tomado de la historia y de metáforas, observamos que el discurso epidíctico se orienta tanto a cohesionar a la comunidad policial bonaerense en torno al cristianismo y el llamado “mundo libre” como a legitimar al autodenominado “Proceso de Reorganización Nacional” y lo que se valora como “aniquilar el terrorismo”.

PALABRAS CLAVE: Comunidad discursiva. Inteligencia. DIPBA. Discurso Epidíctico. Argumentación.

POLÍTICA E HISTORIA: NARRACIÓN, MEMORIA Y OLVIDO

María Elena Qués (UNGS)

RESUMO: Partimos de la idea de que la narración y, en particular, la narración histórica es un componente nunca desdeñable del discurso político. En esta zona del texto se suelen encadenar múltiples niveles de sentido: desde la inscripción del enunciador/a en la trama histórico política, hasta el esbozo de cierta idea de destino común más o menos utópica, más o menos explícita. Para reflexionar sobre estas cuestiones, analizaremos un spot, emitido en TV y en redes sociales, por el entonces candidato a la presidencia de la Argentina, Alberto Fernández. El hecho de que el candidato haya ganado las elecciones en octubre de 2019, añade interés a la pieza. El aviso mencionado intenta dar un mensaje optimista haciendo una especie de lista de las crisis más profundas que sacudieron –como olas sucesivas– al país en los últimos 50 años y que fueron, a su juicio, superadas por los argentinos. Más allá selección que tiene un interés evidente, también resulta importante leer la estrategia narrativa y la idea de la historia que podría inferirse de allí. Se trabajará sobre los olvidos, las notorias ausencias, los sujetos explícitos e implícitos que se evocan y, claro está, sobre las inferencias acerca del posible “motor de la historia”. Trataremos de analizar las luces y sombras que esa concepción de la historia arroja sobre el presente y sobre las eventuales promesas de futuro.

MALES DE ARCHIVO:

UN CASO DE DESINTELIGENCIA REPRESIVA EN LOS ARCHIVOS DE LA DGI EN LA PROVINCIA DE SANTA FE (1968-1972)

Mariano DAGATTI (CONICET-UNQ/UBA)
onairamdagatti@gmail.com

RESUMO: Los servicios de inteligencia en la Argentina surgieron en la segunda mitad del siglo XX con el objetivo prioritario de controlar y vigilar actores sociales que fueran potenciales factores de “desequilibrio social”. La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA) y la Dirección General de Informaciones (DGI) de la Provincia de Santa Fe fueron nodos locales de la red de inteligencia nacional. Sus archivos, abiertos recientemente para consulta pública, proporcionan a los investigadores información de primera mano sobre las actividades de las agencias. El objetivo específico de esta ponencia es exponer los resultados de un estudio sobre la construcción del ámbito estudiantil como *mundo anti-ético* de la comunidad discursiva DGI. El plan es el siguiente: después de definir la noción de *anti-ethos*, nos ocuparemos, en primer lugar, de caracterizar qué imagen se construye de los estudiantes como alteridad política del *mundo ético* de la DGI en las secuencias textuales de informes y memorándums; en segundo lugar, analizaremos el problema de la difusión de la ideología “subversiva”, desde el punto de vista de la comunidad observada; en tercer lugar, indagaremos cómo la eficacia “subversiva” en el ámbito estudiantil conduce a los espías-informantes a una crítica interna de las fuerzas de seguridad y de los aparatos ideológicos del Estado. Las consideraciones finales presentan las conclusiones del texto y proponen a los lectores un conjunto de interrogantes acerca de las nociones de *anti-ethos* y *comunidad discursiva*, así como también una pregunta acerca de los efectos de lectura de los archivos.

PALAVRAS-CHAVE: Archivo. Servicio de inteligencia. Ethos. Comunidad discursiva.

RESUMOS APROVADOS: SESSÃO 2

RECUPERAÇÃO DO PASSADO NO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ (2006-2012): (RE)CONSTRUIR SENTIDOS, FAZER MEMÓRIA

Carlos Augusto dos Santos FONSECA (Universidade de São Paulo)
casf.carlosfonseca@gmail.com

RESUMO: Diante das turbulências e rupturas que atravessam os gestos políticos latino-americanos, fazem-se necessários estudos sobre discursos cujos movimentos podem nos aproximar de importantes sentidos que entram em confronto com o atual cenário político de nossa região e que apontam para um embate entre a memória e o esquecimento. Nessa perspectiva, ao se debruçar sobre o discurso de Hugo Chávez, o presente trabalho tem como objetivo observar como as referências a acontecimentos e a sujeitos da história política da Venezuela aparecem funcionando em recortes do discurso pronunciado pelo ex-presidente desse país. Com isso, pretendemos compreender de que modo tais referências – que entendemos como gestos de recuperação e de (res)significação de sentidos associados ao passado venezuelano – são altamente produtivas nos modos de projetar imagens sobre o próprio projeto político governamental, que, nesse discurso, é apresentado como uma das instâncias do processo autodeterminado como sendo a “Revolução Bolivariana”. Também nos interessa observar de que modo essas referências se associam à antecipação de imagens sobre grupos políticos apresentados como opositores ao movimento “revolucionário” através de associações entre esse *outro negativo* a grupos que atuaram na política do país em momentos anteriores ao governo de Chávez. Acreditamos que esse gesto de recuperação do passado presente no discurso político do então mandatário faz parte de um produtivo processo de rememoração que aponta para um choque de sentidos, uma vez que aqueles apresentados como inscritos na história oficial se confrontam com aqueles apresentados como “novos” pelo discurso “da revolução”. Entendemos que a mobilização dessas referências, funciona, então, como um importante processo de interpelação de um *coletivo de identificação* (Zoppi-Fontana, 2014) capaz de apoiar a causa “revolucionária” e, ao mesmo tempo, rechaçar aquilo que é apresentado como a proposta do grupo político opositor. Nossa análise se concentra, fundamentalmente, em sequências discursivas pinçadas de diferentes edições do programa televisivo *Aló, presidente* – importante espaço midiático através do qual o ex-presidente podia estabelecer uma singular relação semanal com um público espalhado pelas diferentes regiões do país – transmitidas entre 2006 e 2012, anos que compreendem aproximadamente ao período que Chávez desempenhou seu último mandato como presidente da República Bolivariana da Venezuela. A perspectiva teórica que adotamos é a da Análise do Discurso de linha materialista que, orientada pelas formulações de Pêcheux (1969), pressupõe uma interlocução com reflexões produzidas no campo das Ciências Humanas e Sociais, permitindo-nos abordar tanto o funcionamento do discurso político como as condições de sua produção.

PALAVRAS-CHAVE: Hugo Chávez. Discurso Político. Recuperação do Passado. Memória.

**LA CONSTRUCCIÓN DEL ENEMIGO EN LOS INFORMES DE
INTELIGENCIA: UN ANÁLISIS DEL REGRESO DE PERÓN EN EL ARCHIVO
DIPPBA**

Facundo Exequiel Romero
(Instituto de Lingüística, FFyL, Universidad de Buenos Aires)

RESUMEN: Juan D. Perón regresó de manera definitiva a la Argentina el 20 de junio de 1973 luego de 18 años en el exilio. El ex presidente había sido derrocado por un golpe militar en 1955 y retornaba en el gobierno peronista de Héctor J. Cámpora, a quien había designado como candidato. En la bienvenida al líder se dieron cita diferentes sectores, que habían apoyado al Frente Justicialista de Liberación Nacional, que llevó al peronismo de vuelta al gobierno. En lo que fue una de las movilizaciones más grandes de la historia argentina, confluyeron sectores sindicales, organizaciones juveniles de izquierda, afiliados peronistas de todo el país. Lo que había sido organizado como una fiesta, terminó en un episodio de violencia armada, posteriormente conocido como “La Masacre de Ezeiza”, en el que grupos del ala derecha del movimiento atacaron a sectores de izquierda. En el marco de una investigación más general sobre el regreso de Perón desde la perspectiva del discurso social (Angenot, 2010), que indaga diferentes materialidades discursivas, este trabajo se detiene en los informes de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPPBA). El mencionado archivo se encuentra abierto a la consulta pública desde el año 2003 bajo la órbita de la comisión provincial por la memoria. Contiene documentación de la mencionada dirección de inteligencia que funcionó entre los años 1955 y 1998, tanto en tiempos de democracia como de dictadura. En esta ponencia presenta resultados de un primer análisis exploratorio de los informes producidos en torno al regreso de Perón, buscando caracterizar la construcción discursiva de los grupos de la militancia de izquierda, en los informes denominados “el oponente”. De esta manera, nos proponemos indagar los discursos que constituyen a los sujetos peligrosos y vigilados, en el marco de un trabajo más general que pone estos informes en relación con discursos mediáticos de la época. Así, se pretende aportar desde el análisis del discurso al conocimiento sobre los archivos de inteligencia de las fuerzas de seguridad y los estudios sobre el pasado reciente.

A ESPETACULARIZAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO BRASILEIRO: O ESVAZIAMENTO DO HOMEM PÚBLICO

Livia FALCONI (Centro Universitário Central Paulista-UNICEP)
liviamfpires@yahoo.com.br

RESUMO: A revolução midiática propiciada, em um primeiro momento, pela televisão inscreve um novo olhar do e para o sujeito. Debord (1997), em sua obra *A sociedade do Espetáculo*, aponta que o espetáculo aparece como o monopólio da aparência. A *espetacularização* da política já dava indícios, embora muito discretos, nos anos de 1960, na candidatura à presidência de Jânio Quadros que já, naquele momento, surgiu fazendo uso da mídia. No entanto, essa espetacularização foi oprimida pela Ditadura Militar em 1964 e, posteriormente, pela Lei Falcão de 1976. Foi nos idos anos de 1989, à época da redemocratização, momento no qual a mídia se fortalecia, que a espetacularização voltou a dar sinais durante a primeira campanha eleitoral presidencial democrática. No entanto, é nos anos 2000 que ela se consolida com o entrelaçamento do discurso político com o discurso publicitário, sustentado, assim, por uma relação interdiscursiva. Assim, propomos para este presente trabalho, discutir o que denominamos de *dispositivo de espetacularização*, o qual na incidência do discurso político é observado a partir das transformações que se dão nas condições de produção dos discursos que são históricas, culturais e semiológicas, e o que ora denominamos, de *esvaziamento do homem público brasileiro*. Em trabalho de doutoramento, analisamos o discurso político presidencial eleitoral e atestamos a interferência de tal dispositivo nas estratégias e produções da discursividade política eleitoral presidencial brasileira. Foi possível, naquele momento, evidenciar naquele *corpus* que se constituía pelos debates eleitorais presidenciais de segundo turno, o funcionamento de tal dispositivo na materialidade verbal, na materialidade imagética e na constituição daqueles sujeitos políticos eleitorais. Foram, então, os resultados desse trabalho de doutoramento que produziram outros questionamentos, ainda na esteira da produção dos sujeitos políticos, mas agora, na produção desses sujeitos que se tornaram homens públicos. A fim de apreendermos tal dispositivo e sua interferência na constituição dos homens públicos brasileiros, analisaremos, neste presente trabalho, a discursividade política brasileira contemporânea voltando-nos para algumas publicações de sujeitos políticos brasileiros em redes sociais. Para tanto, nos apoiaremos na Análise do discurso de linha francesa, mobilizando trabalhos de Michel Pêcheux, juntamente com Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine, acerca da discursividade política.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivo. Espetacularização. Discurso Político. Análise do Discurso.

**LAS ARTES DEL ESPECTÁCULO EN EL ARCHIVO DE LA DIPPBA EN LA
POSDICTADURA: CONTINUIDADES Y RUPTURAS
DE UNA MEMORIA DISCURSIVA**

Paulina BETTENDORFF (FFyL, UBA)
paulinabettendorff@gmail.com

RESUMO: Entre 1956 y 1998, la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires (DIPPBA) llevó adelante una vigilancia político-ideológica que recortó distintos “otros”. Las artes del espectáculo, entre las que se cuentan principalmente el teatro y el cine, fueron un “blanco” constante de esta comunidad discursiva (Maingueneau, 1984, 1987, 1996) –concepto que nos permite estudiar la imbricación entre el hacer y el decir de este grupo de inteligencia y también marcar recurrencias y rupturas que apuntan a una memoria discursiva (Courtine, 1981, 2006) que funciona argumentativamente (Vitale, 2015)–. En el archivo, los legajos que se centran en el teatro y el cine atraviesan casi completamente su temporalidad (el primero corresponde a 1958 y el último, a 1997). En este corpus, así como se pueden trazar continuidades –entre otros, en tópicos relacionados con una manera de “ver” o “leer” los espectáculos (Übersfeld, 1997)–, también se detectan rupturas: por un lado, en la construcción discursiva de su “peligrosidad” y en la configuración de los eventos que se recortan como acontecimientos en los informes que se suceden en los legajos y, por otro, en el *ethos* del agente de inteligencia. En este trabajo, nos centramos en un análisis de legajos correspondientes al último período del archivo, los años posteriores a 1983, que ha sido caracterizado como “posdictadura” en la “Historia Institucional de la DIPPBA”, que se encuentra en el sitio web de la Comisión Provincial por la Memoria (organismo que gestiona el archivo desde su desclasificación en 2003). En los legajos que se centran en los ámbitos teatral y cinematográfico, hay una redefinición en la construcción de los acontecimientos a vigilar: la función de una obra o una película deja de ser una prueba en sí de peligrosidad y la atención se centra en la exhibición de películas en tanto acontecimientos políticos o en polémicas en torno a películas u obras de teatro que se desarrollan o se anticipan en el espacio público. Este cambio en el foco de la vigilancia conlleva asimismo una reconfiguración del *ethos* del agente en los informes: si en períodos anteriores se puede determinar una hibridación con el lugar del espectador, en estos años se presenta como un observador y evaluador de la conflictividad pública de las artes del espectáculo y como un “mediador” que retoma el discurso de la prensa.

PALAVRAS-CHAVE: Memoria discursiva. Acontecimiento. Archivo de la represión. Artes del espectáculo.

LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD POLÍTICO-RELIGIOSA EN LA DIPBA

Tomás Federico KLEMEN
tomasklemen@gmail.com

ABSTRACT:: En este trabajo nos proponemos, en líneas generales y como parte de una primera aproximación, indagar acerca de los valores y creencias compartidos al interior de la comunidad discursiva de inteligencia (Maingueneau, 1987, Vitale, 2016) de la DIPBA en relación con la vigilancia a actores religiosos en la Argentina de los años 60 y 70. En esta ocasión, estudiaremos la clasificación que el enunciador de la DIPBA realiza de los distintos sectores que integran el campo católico argentino luego del Concilio Vaticano II y de la Conferencia de Medellín, ambos acontecimientos que generaron un fuerte debate y posteriores rupturas al interior de la iglesia argentina (Obregón, 2005). El corpus consistirá en 2 memorandos, fechados en abril y julio de 1970 respectivamente, que informan acerca de la “opinión de sectores católicos” argentinos ante 2 hechos de índole diversa: por un lado, ante la detención del miembro del sacerdote del Tercer Mundo Alberto Carbone, y por el otro, ante la propuesta desde el Vaticano de crear una “Constitución Eclesiástica” que regule el accionar del cuerpo sacerdotal. Estos documentos, explícitamente polifónicos, distinguen entre tres sectores católicos caracterizados primeramente como “izquierda, centro y derecha” y utilizan recursos de la heterogeneidad enunciativa marcada (Authier-Revuz, 1984) como las comillas y el subrayado para dar cuenta de la palabra ajena en una pretensión de supresión de subjetividad por parte del enunciador. Teniendo en cuenta que el borramiento enunciativo y la preocupación por manifestar el carácter imparcial y objetivo del documento responden a la caracterización del informante de la DIPBA (Dagatti, 2016), analizaremos en particular cómo, en un doble movimiento, el agente policial incluye la palabra y clasifica a las corrientes católicas más significativas a partir de la *doxa* religiosa de la época y, al mismo tiempo, delinea un *ethos* (Amossy, 2018) que se identifica implícitamente con una de ellas, adhiriendo así a sus valores y a su opinión acerca de la necesidad de continuar la renovación eclesial planteada desde el Concilio.

KEY-WORDS: DIPBA-Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo-Polifonía-Ethos.

